


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

MONOGRAFIA

**Economia Solidária e SENAES: de alternativa ao desemprego
à superação do capitalismo?**

LEANDRO BERTOLAZO DE OLIVEIRA

ARARAQUARA – S.P.
2013



FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CAMPUS DE ARARAQUARA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

LEANDRO BERTOLAZO DE OLIVEIRA

Economia Solidária e SENAES: de alternativa ao desemprego à superação do capitalismo?

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de Economia, da
Faculdade de Ciências e Letras –
Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção
do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Adílson Marques Gennari

Banca examinadora: Sebastião Neto Ribeiro Guedes

ARARAQUARA – S.P.
2013

RESUMO

A monografia procura analisar a essência da Economia Solidária no Brasil, para verificar se essa consiste apenas em mais um modo de adaptação à realidade econômica, frente ao desemprego e à pobreza, ou se possui uma profundidade maior, constituindo uma reação ao capitalismo, o que leva alguns autores a chamarem a ES de “modo de produção”. Para tanto, primeiramente foi realizado um levantamento de dados que expressam as características e dimensões dessa atividade no país. A seguir foram expostos os argumentos do principal autor e defensor do tema, Paul Singer, e colocadas críticas de autores marxistas. Por fim, foi feita uma análise das pretensões e resultados das políticas públicas implementadas pela SENAES, para averiguar se, na prática, essas seriam, em algum grau, facilitadoras da superação do capitalismo, ou se somente se limitam à parte da população excluída do mercado de trabalho.

Palavras – chave: Economia Solidária, Secretaria Nacional de Economia Solidária, Paul Singer.

ÍNDICE DE GRÁFICOS, TABELAS, FIGURAS E QUADROS

GRÁFICOS

Gráfico 01	EES por ano de início segundo grandes regiões.....	14
Gráfico 02	EES por ano de início segundo forma de organização.....	15
Gráfico 03	Distribuição % dos EES por faixas de remuneração.....	16
Gráfico 04	Dificuldades dos EES – Regiões.....	16

TABELAS

Tabela 01	Distribuição dos EES por Unidade da Federação.....	18
------------------	---	-----------

FIGURAS

Figura 01	Organograma administrativo da SENAES/TEM.....	34
------------------	--	-----------

QUADROS

Quadro 01	Principais dados do mapeamento da economia solidária no Brasil.....	13
------------------	--	-----------

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	
1.1 Contexto Econômico e Político de Surgimento.....	7
1.2. Histórico da ES no Brasil.....	8
1.3. Conceitos e Definições.....	9
1.4. ES em números.....	12
1.4.1 Primeiro Mapeamento Nacional.....	12
1.4.2. Segundo Mapeamento Nacional.....	17
2 DISCUSSÃO TEÓRICA	
2.1 A Economia Solidária de Paul Singer.....	19
2.1.1 Aspectos gerais.....	19
2.1.2 Aspectos teóricos.....	21
2.2 Críticas de autores marxistas.....	23
2.2.1 Luiz Inácio Gaiger.....	23
2.2.2 Claus Germer.....	25
2.2.3 Marlene Grade.....	25
2.2.4 Outros.....	27
3 SENAES	
3.1 Trajetória Histórica.	31
3.2 ES e a crise.....	33
3.3 Estrutura e funcionamento.....	34
3.4 Ações implementadas.....	36
CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento natural das forças produtivas no capitalismo globalizado aliado às inconstâncias sofridas nas últimas décadas pelas economias de vários países, incluindo o Brasil, impuseram a permanência de altos índices de desemprego e subemprego da força de trabalho, obrigando parte da população a procurar uma forma alternativa de obter renda para garantir sua subsistência. E como se pode notar ao longo de toda história, em diversos países, uma maneira de remediar as consequências perversas do capitalismo em tempos de crise sempre foi o cooperativismo.

Foi dessa forma que desde a década de 1990 a Economia Solidária, que tem por princípio a unidade entre trabalho cooperativo e a propriedade dos meios de produção, se desenvolveu no país, com aumento desde então da quantidade de empreendimentos econômicos baseados na autogestão, na cooperação e na solidariedade. Assim, com apoio da sociedade civil, dos movimentos sociais e de políticas públicas, principalmente após a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003, a ES assumiu um papel de destaque na sociedade brasileira.

Nas cooperativas autogestionárias, o viés frio do lucro regente da atividade econômica nas empresas privadas é substituído pelo fator humano, com a operação da cooperativa atentada para questões impensáveis nas firmas capitalistas, como, por exemplo, para condições e tipo de trabalho realizado, para as singularidades pessoais de cada trabalhador e para a preservação de postos de trabalho.

Além de simples geradores de trabalho e renda, os modelos de ES idealizam novas formas de convivência e de organização comunitária. Seus autores defendem o potencial que pode ser obtido a partir das suas relações baseadas na solidariedade e na equidade, em vez da competição e do individualismo (BORINELLI e SANTOS, 2010).

A ES também diz respeito a outro grande problema moderno, aliada a crescente percepção por parte das sociedades e governos da insustentabilidade do padrão de consumo dos países ricos: a degradação ambiental, que se traduz, entre muitos outros danos, na poluição dos recursos naturais, destruição de ecossistemas locais e alteração do clima global.

Mas, além das inegáveis qualidades dos empreendimentos solidários, há colocações referentes à seus aspectos teóricos e práticos que devem ser analisadas mais de perto para se ter a real compreensão do potencial e significado dessas atividades.

A partir desta discussão, a proposta deste trabalho é analisar a economia solidária quanto formulação teórica e a atuação prática da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que tem como função “viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário”¹.

Para tanto, o trabalho será dividido em três partes: na primeira será feita uma introdução ao tema, com definição e dados atuais referentes à ES no país; na segunda parte, baseado na estruturação teórica de Paul Singer, principal nome sobre o assunto no país, conhecido por sua defesa do potencial transformador da ES, sendo que essa constitui para o autor um “modo de produção” em conflito com o modo capitalista, irá ser feita uma análise de seus argumentos e expostas críticas de autores que tratam o tema a partir da visão marxista e que discordam, alguns de forma veemente, das idéias de Singer, como Luiz Inácio Gaiger , Claus Germer e Marlene Grade; e de caráter empírico, buscando compreender o tipo de apoio do Governo Federal à ES, será feito uma análise da estrutura, dos objetivos e dos resultados da SENAES, para averiguar se essas seriam, em algum grau, facilitadoras da superação do capitalismo, ou apenas se limitariam à parte da população marginalizada do mercado de trabalho, favorecendo a criação de alternativas funcionais para a perpetuação do capitalismo. No fim, será feita uma conclusão onde será tomada uma posição sobre o real significado das práticas solidárias no país.

¹ Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em:
<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_apresentacao.asp>. Acesso em: 18 de Maio de 2013.

1. A Economia Solidária no Brasil

1.1 Contexto econômico e político de surgimento

Nas três décadas posteriores à II Guerra Mundial, os países capitalistas centrais, sob a estrutura do Estado de Bem-Estar Social (*welfare state*), ancorado no pensamento econômico de John Maynard Keynes, viveram um período de grande prosperidade, com o Estado agindo para compensar a tendência capitalista à concentração de recursos por meio de um sistema de proteções e direitos que garantisse a redistribuição econômica (SILVA e NAGEM, 2012).

Na década de 1970, porém, a tendência ao pleno emprego foi comprometida pelo declínio no nível de investimento desses países em razão do início de um período de crises causadas pelos choques de oferta de petróleo. Essa mudança de cenário prejudicou fortemente os países de industrialização tardia, como os países latino-americanos, sobretudo pela queda da liquidez internacional e pela conseqüente crise de endividamento externo que esses países sofreram.

A partir dos anos 1980, uma nova corrente de pensamento econômico se torna hegemônica e o papel do Estado de protagonista e agente planejador central deu lugar à livre ação das forças de mercado. Assim, desencadeou-se no mundo capitalista um processo rápido de desregulamentação de mercados e liberalização comercial em nível global, dando ao capital cada vez mais mobilidade para buscar melhores oportunidades de investimento, em termos de taxa de retorno, decorrentes de menores custos de produção. Surgem, então, relacionado a esse processo, questões como a fragilização sindical, reduções salariais, guerra fiscal e disputas políticas com base em interesses privados e corporativos dentro do aparato institucional do Estado (SILVA e NAGEM, 2012).

Essa nova etapa do capitalismo global alterou drasticamente as relações de trabalho e os níveis de emprego, principalmente no setor industrial, que gerou uma vasta massa de desempregados que não conseguiam mais se inserir no mercado de trabalho. Assim, parte significativa desse passou a ser representada por formas de trabalho sem registro formal, resultando em redução na renda e nos direitos dos trabalhadores. Isso, aliado ao enfraquecimento da ação do Estado quanto às ações mitigadoras e de cobertura social, favoreceu a marginalização dessa parcela crescente de trabalhadores (SILVA e NAGEM, 2012).

Desse modo, ocorreu, primeiramente na Europa, a partir do final dos anos 70 e início dos 80, o renascimento do movimento cooperativista, com a criação de diversas cooperativas autogeridas pelos trabalhadores como alternativa ao desemprego e à pobreza.

1.2. Histórico da ES no Brasil

Com o cenário de crise e desemprego, muitos trabalhadores brasileiros encontraram, nas atividades associativas, uma forma viável de ocupação e geração de renda. As cooperativas (de produção, crédito e consumo), as associações comerciais ou de produtores, os clubes de trocas, dentre outros, baseadas nas práticas de autogestão e cooperação, são alguns exemplos de iniciativas que emergiram no campo da economia solidária no Brasil (SILVA e NAGEM, 2012).

A noção teórica de economia solidária começou a aparecer no Brasil na década de 1980, mas é prioritariamente na segunda metade da década de 1990 que elas tomam impulso e se multiplicam, ocorrendo grande difusão do termo Economia Solidária no país (Economia Social nos demais países da América Latina). Desde os fins da década de 1980 todo um conjunto de grupos e órgãos de estudo, fomento e consultoria da “Economia Solidária” foi criado no Brasil, de modo que esse movimento não ficou apenas restrito à esfera econômica, mas se constituiu também em um movimento social. Dentre os principais grupos de apoio à ES, podem ser citados:

- a ONG Cáritas do Brasil (entidade vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB) que, nos anos 1980, desenvolveu um programa de financiamento de Projetos Alternativos Comunitários (PACS), voltado às regiões pobres das metrópoles e zona rural;

- a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), fundada em 1994, que apóia experiências de empresas falidas tomadas por seus trabalhadores para organização autogestionária;

- a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), criada, em 1999, em parceria da Central Única dos Trabalhadores (CUT,) com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos (Dieese) e a Unitrabalho (rede nacional composta por universidades e instituições de ensino superior), que presta auxílio a cooperativas de crédito;

- as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), surgidas nos anos 90, que oferecem assistência a empreendimentos solidários;

- o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), com a formação de cooperativas autogestionárias em assentamentos;

- e a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL), central de EES, criada em 2004, ligada ao movimento sindical.

No I Fórum Social Mundial (I FSM), em 2001, se consolidaram as articulações para a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) em 2002. Esse se estrutura de forma a garantir a articulação entre três segmentos do movimento de Economia Solidária: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos.

Um grande incentivo ao desenvolvimento da Economia Solidária no país ocorreu em 2003, por ocasião da criação, pelo Governo Federal, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

A SENAES, com o objetivo de proporcionar visibilidade à ES e oferecer subsídios aos processos de formulação de políticas públicas, passou a realizar o mapeamento da economia solidária no Brasil. Para isso, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF).

1.3. Conceitos e definições

No *Atlas da Economia Solidária no Brasil*, de 2007, a Economia Solidária é definida como o “conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária”.

E seus princípios fundamentais, contidos na página online do MTE², são:

- **Cooperação:** envolve diversos tipos de organização coletiva, como empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc.;

² Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 10 de Agosto de 2013.

- Autogestão: práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho. Sendo que os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos trabalhadores;

- Dimensão Econômica: envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais;

- Solidariedade: expresso, por exemplo, na justa distribuição dos resultados alcançados, nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes, no compromisso com um meio ambiente saudável e na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores.

Na publicação “*Economia Solidária no Brasil: Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários*”, de 2008, vinculada ao SIES, encontram-se também as seguintes definições úteis:

- Empreendimento Econômico Solidário (EES): unidade mais simples e concreta da Economia Solidária, coerente com as suas características essenciais. São caracterizadas como organizações:

- coletivas - associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes etc.;

- cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;

- permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;

- que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real e

- que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário.

- Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF): organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto, capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e de acompanhamento junto aos Empreendimentos de Economia Solidária.

- Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES): ações, projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal com o objetivo de fortalecimento da economia solidária.

Uma característica fundamental das empresas solidárias é a negação da separação entre trabalho e posse dos meios de produção - reconhecidamente a base do capitalismo - de forma que o capital é possuído apenas pelos que nela trabalham. Essas empresas são administradas por sócios eleitos e que se pautam pelas diretrizes aprovadas em assembleias gerais ou, quando a empresa é grande demais, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores (SINGER, 2002a).

Sendo de trabalhadores, sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho. Não há lucro na empresa solidária porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital. O excedente anual é chamado de “sobras” nas cooperativas e tem a sua destinação decidida pelos trabalhadores (SINGER, 2002a).

Entre os principais tipos de empresas solidárias, segundo Singer (2002a), se encontram:

- cooperativa de produção: é a modalidade básica da economia solidária e as relações sociais de produção que a definem são as delineadas acima.

- cooperativa de comercialização, composta por produtores autônomos, individuais ou familiares (camponeses, taxistas, profissionais liberais, artesãos, etc.) que fazem suas compras em comum e, quando cabe, também suas vendas. Sendo a produção individual, o ganho também é e as sobras das operações comerciais são em geral distribuídas entre os cooperadores em proporção ao montante comprado e vendido por cada um através da cooperativa.

- cooperativa de consumo, que é possuída pelos que consomem seus produtos ou serviços. A finalidade dela é proporcionar a máxima satisfação ao menor custo aos cooperadores³.

- cooperativas de crédito, são empresas de intermediação financeira possuídas pelos depositantes. Para que sejam solidárias, é preciso que os trabalhadores que as operam profissionalmente sejam sócios delas.

- associação: em economia solidária, simplificada, são empreendimentos que, diferentemente das cooperativas, não renumeraram sua equipe de direção e que podem ser registrados em cartório com mínimo de duas pessoas (enquanto uma cooperativa deve

³ Cooperativas de consumo que empregam trabalho assalariado não fazem parte da economia solidária e são conhecidas como cooperativas mistas.

ser registrada numa junta comercial e exige, segundo a atual legislação, mínimo de 20 pessoas).

A ambivalência dos arranjos produtivos complica a identificação do que é ou não economia solidária. Pode-se citar como exemplo os grupos informais (na separação entre economia informal e grupos de economia solidária informais), as associações (na diferenciação entre associações de representação e comunitárias e as de fins econômicos, maior parte dos EES), e as cooperativas (na separação entre as de grande porte que são administradas como empresas e as que são autogestionárias de fato). Vale fazer menção também aos “cooperगतos”, cooperativas de trabalho que possuem a função de fornecer mão-de-obra para empresas sem ocorrer pagamento de encargos trabalhistas (OGANDO, 2013).

1.4. ES em números

O banco de dados dos empreendimentos de economia solidária (SIES) foi obtido através do Mapeamento da economia solidária no Brasil. A pesquisa abrangeu todo o território nacional e foi realizada por instituições (incubadoras universitárias, entidades de apoio e fomento) para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). O primeiro mapeamento (com o nome de *Atlas da Economia Solidária no Brasil*) foi realizado no período de 2005-2007, e em 2010 foi iniciado o que é considerado o Segundo Mapeamento Nacional (OGANDO, 2013).

Esse mapeamento realizado - que não é um censo, mas uma amostragem, que tenta ser a mais ampla possível do número de empreendimentos - constituiu, em âmbito nacional, a primeira grande amostragem que se tem dos EES e a primeira tentativa de identificar estes empreendimentos e sua dimensão em território nacional. As informações coletadas são um retrato da economia solidária no Brasil no ano de 2005-2007 e 2010-2012 (OGANDO, 2013).

1.4.1 Primeiro Mapeamento Nacional

Os dados do *Atlas da Economia Solidária no Brasil* apontam, no segundo semestre de 2005, a identificação de 14.954 empreendimentos solidários em 2.274 municípios brasileiros. O resumo dos dados pode ser visto no quadro a seguir:

Quadro 01 – Principais dados do mapeamento da economia solidária no Brasil (2005).

VARIÁVEL	MAPEAMENTO 2005
EES MAPEADOS	14.954 EES
TRABALHADORES/AS ASSOCIADOS/AS	1.251.882 trabalhadores/as
NÃO SÓCIOS/AS QUE TRABALHAM NOS EES	25.738 trabalhadores/as
TRABALHADORES/AS ASSOCIADOS/AS, POR SEXO	64% homens
	36% mulheres
ZONA DE ATUAÇÃO (RURAL/URBANA)	50% só rural
	33% só urbana
	17% rural e urbana
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL	44% Nordeste
	17% Sul
	14% Sudeste
	13% Norte
	12% Centro-Oeste
FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	54% associação
	33% grupo informal
	11% cooperativa
	2% outra (sociedade mercantil etc.)
PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS *	64% agropecuária, pesca e extrativismo
	14% prestação de serviços
	13% alimentos (produção e serviços)
	12% têxtil, confecção e calçados
	9% artesanato em geral
DATA DE CRIAÇÃO	2,3% entre 1900 e 1980
	9,4% entre 1981 e 1990
	44% entre 1991 e 2000
	44% entre 2001 e 2005
PRINCIPAIS MOTIVOS DE CRIAÇÃO *	45% alternativa ao desemprego
	44% complemento de renda dos sócios
	41% obtenção de maiores ganhos
	31% possibilidade de gestão coletiva
	29% condição para acesso ao crédito
DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA DE REMUNERAÇÃO **	41% até ½ salário mínimo (SM)
	31% entre ½ e 1 SM
	18% entre 1 e 2 SM
	8% entre 2 e 5 SM
	2% mais de 5 SM

PRINCIPAIS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS/AS SÓCIOS/AS *	66% participação nas decisões cotidianas
	62% eleição da diretoria
	62% prestação de contas aos sócios/as
	60% acesso aos registros e informações
	49% decisão sobre destino de sobras e fundos
PERIODICIDADE DAS ASSEMBLÉIAS OU REUNIÕES	49% mensal
	13% anual ou mais
	11% bi ou trimestral
	11% semanal ou quinzenal
	16% outra periodicidade ou não realiza

Fonte: Gaiger (2007), a partir do Atlas de Economia Solidária e dados disponíveis no SIES.

* Possibilidade de múltiplas respostas.

** Apenas 50% dos EES informaram a remuneração dos sócios.

Como resumo dos dados, pode-se relatar que a participação das mulheres era de apenas 36% nos EES mapeados (embora fossem maioria (54%) nos pequenos empreendimentos até 20 membros); metade dos EES mapeados atuava exclusivamente na área rural (dado que se altera de acordo com as regiões); 44% dos EES mapeados estavam localizados no Nordeste do país; e, embora a alternativa ao desemprego ainda fosse o fator fundamental para motivar a criação do EES, o complemento de renda e a obtenção de maiores ganhos foram citados como razões de igual relevância (CUNHA, 2007).

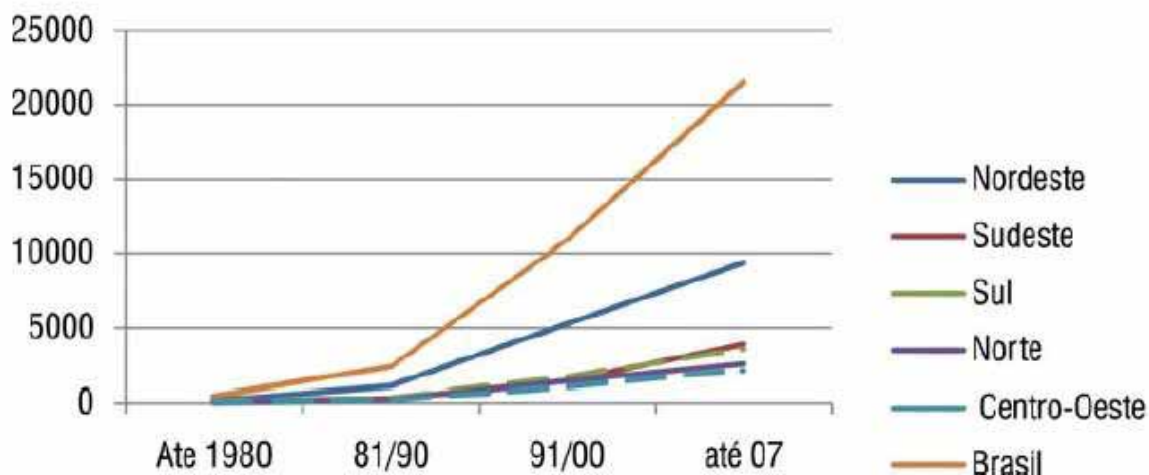


Gráfico 01: EES por ano de início segundo grandes regiões.

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007.

Pode-ser constatar pelo Gráfico 01 que as atividades da economia solidária, em nível nacional, cresceram de forma acentuada nas últimas duas décadas.

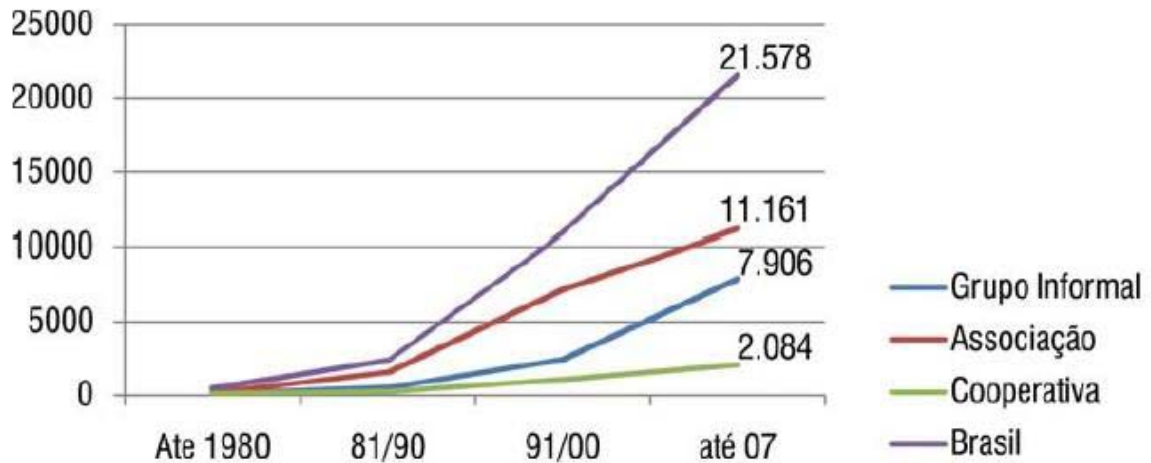


Gráfico 02: EES por ano de início segundo forma de organização.
 Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007.

Pode-se ver pelo Gráfico 02 que os maiores grupos de empreendimentos são reunidos em associações e grupos informais. E o motivo principal para a organização das associações é obter financiamento para empreender, seja na produção seja na aquisição de materiais de uso coletivo para o trabalho. Grande parte deste tipo de empreendimento é rural e consiste em associações comunitárias de produção. As cooperativas não possuem um tipo específico de EES, contando com cooperativas de crédito, de profissionais liberais (fisioterapeutas, advogados), serviços (motoboys, taxistas), de produção fabril, educacional, habitacional, de reciclagem e de produtores rurais (OGANDO, 2013).

Segundo o Mapeamento, a maioria dos empreendimentos dedica-se a alguma atividade rural - 64% dedicam-se à agricultura, pecuária, pesca ou extrativismo – e a agricultura é a atividade predominante, constituindo uma saída para pequenos produtores rurais assentados, e para a agricultura familiar, entre outras formas de arranjo da produção ligada à terra (OGANDO, 2013).

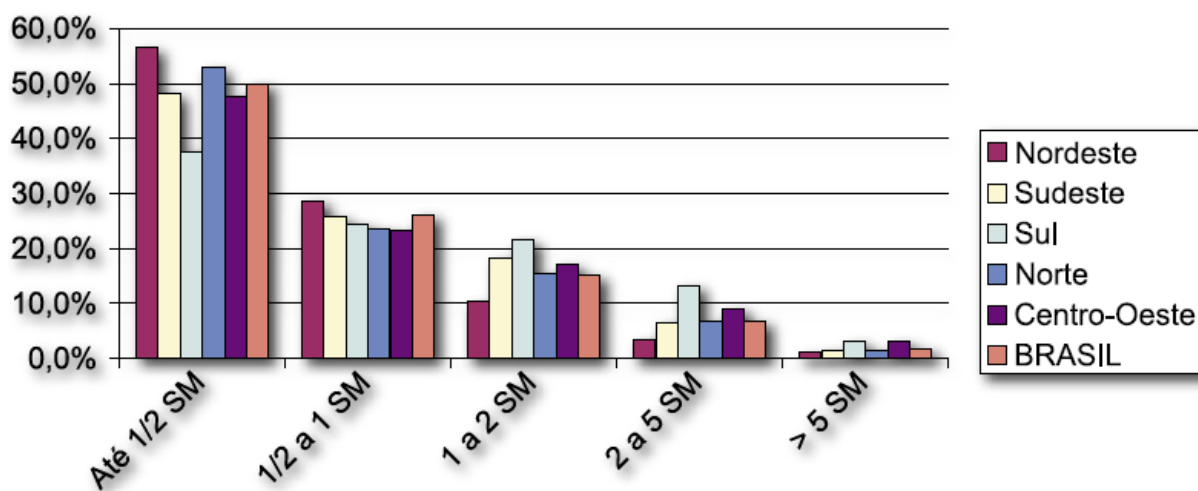


Gráfico 03: Distribuição % dos EES por faixas de remuneração - Brasil e Regiões.
 Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007.

Dos empreendimentos que informaram a remuneração dos sócios (59,3%), 50% apresentam remuneração com valor até meio salário mínimo (SM) e em 26,1%, a remuneração foi de meio a um SM. Segundo o SIES, isso é explicado pelo fato de que para muitos empreendimentos a razão de sua existência está na possibilidade de complementação de renda dos associados.

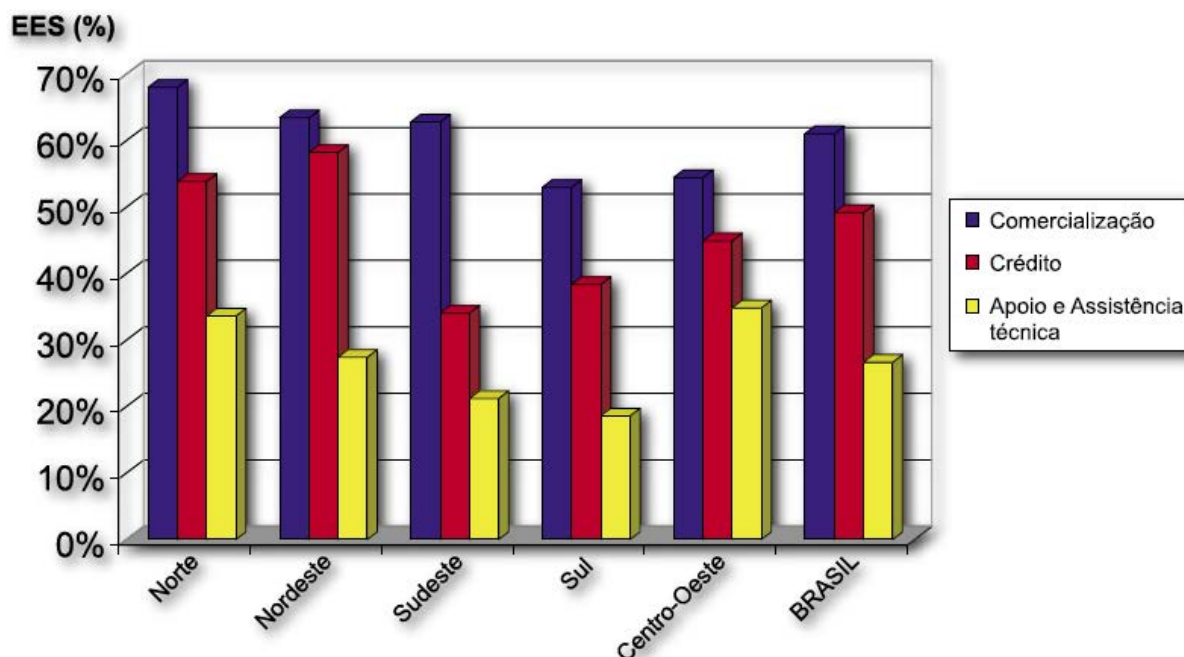


Gráfico 04: Dificuldades dos EES - Regiões.
 Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007.

Pode-se constatar, pelo Gráfico 04, que faltou disponibilização de crédito para os EES principalmente nas regiões Nordeste e Norte; quanto à maior dificuldade enfrentada, a comercialização dos produtos aparece em primeiro lugar em todas as regiões.

1.4.2. Segundo Mapeamento Nacional

O processo do Segundo Mapeamento Nacional teve início no ano de 2009, os objetivos eram atualizar e ampliar a base de dados do SIES no país com informações de EES e EAFs. Como novidade, houve o objetivo de coletar e inserir na base de dados informações sobre Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil.

Nesta base do SIES, que está em fase de finalização, foi divulgada apenas uma base preliminar, que compreende um total de 6.423 EES relativos aos estados que compõem as regiões Sul e Norte do país.

Na Região Sul foram inseridos e validados 3.295 EES das três unidades da federação, sendo que a maioria destes (51,5%) se encontra no Estado do Rio Grande do Sul. Na Região Norte foram inseridos 3.128 EES com destaque para o Estado do Pará com 1.359 EES, o que corresponde a 43% do total de EES da região⁴. A seguir, pode-se ver a distribuição dos EES do mapeamento:

⁴ SIES - Divulgação dos dados preliminares. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3D183F81013D274F4D3F6E19/Acontece%20SENAES%202012%20-%20n31.ed.especial.pdf>>. Acesso em 15/10/2013.

Tabela 01: Distribuição dos EES por Unidade da Federação.

UF	Freq.	%
Paraná	832	13,0
Rio Grande do Sul	1.697	26,4
Santa Catarina	766	11,9
SubTotal	3.295	51,3
Acre	341	5,3
Amapá	328	5,1
Amazonas	378	5,9
Pará	1.359	21,2
Rondônia	238	3,7
Roraima	80	1,2
Tocantins	404	6,3
Sub Total	3.128	48,7
Total	6.423	100,0

Fonte: SIES/Base Atualizada 2013.

Apesar de poucos dados, em comparação com o Primeiro Mapeamento, duas características da economia solidária podem ser notadas. A primeira é que, dos empreendimentos que haviam sido mapeados em 2005/2007, metade deixou de existir, mudou de nome, mudou de endereço ou deixou de atender os critérios do SIES. Um dos fatores cruciais que explicam isso é o fim do apoio externo (OGANDO, 2013), outro é o fato da economia solidária ser muito adaptável, isto é, seus empreendimentos mudam muito rápido de configuração entre seus componentes e de nome, mas as pessoas muito raramente deixam a economia solidária. “Por isso a importância do mapeamento ser atualizado periodicamente e dos resultados serem disponibilizados com a maior rapidez possível, mostrando retratos de um momento” (OGANDO, 2013, p.8).

2. DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 A Economia Solidária de Paul Singer

2.1.1 Aspectos gerais

Paul Singer, principal autor e militante do tema abordado, presidente da SENAES desde 2003, ressalta que a ES surge como modo de produção, distribuição e consumo alternativo ao capitalismo, unindo o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição. A grande idealização e otimismo na ES, contrasta com sua repugnância ao modo de produção capitalista, que, segundo ele, exalta o individualismo e a maximização de lucro, transformando os trabalhadores em simples ferramenta a serviço do grande capital.

Afirma que a economia solidária apresenta como unidade básica a cooperativa de produção e baseia-se em princípios que lhe fornecem uma certa identidade. As distinções em relação ao modelo econômico tradicional são sistematizadas (Singer, 2003, p. 13) em

- a) posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam para produzir;
- b) gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação, dependendo do número de cooperados;
- c) repartição da receita líquida entre os cooperados, conforme decisão em assembléia;
- d) destinação do excedente anual (sobras), segundo critérios acertados entre todos;
- e) a cota básica do capital de cada cooperado não é remunerada;
- f) somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado.

O autor defende que as organizações de ES devam propiciar um desenvolvimento sistêmico para que haja a formação de redes, onde produtos e matérias-primas sejam consumidos de organizações com a mesma afinidade de princípios, favorecendo todo o sistema. Singer (1998a, p. 123) também defende a necessidade de algum tipo de mercado: “É preciso aceitar, crítica, mas positivamente, o mercado, sem desistir de metas solidárias”, conferindo importância à competição, mesmo dentro de um modelo dominado pelos princípios solidários e cooperativos de organização: “Será importante que haja várias empresas competindo pelos consumidores em cada ramo de produção, dentro do setor, para

que cada uma delas seja estimulada a melhorar a qualidade e a baixar os custos”, mas defende que esta competição deverá ocorrer entre semelhantes, sem grandes desequilíbrios entre os diferentes participantes.

Não há contradição entre competição e cooperação, ambas coexistem, o que se diferencia de fato, para Singer, é o grau de intensidade com que cada uma se expressa. Quando há uma supremacia desproporcional da competição sobre a cooperação, o resultado é a exclusão dos menos aptos às imposições do mercado, e quando a cooperação prevalece, gera-se um ambiente tolerante e equitativo que proporciona o desenvolvimento de uma sociedade pautada no bem-estar social (Santos et al., 2011). Assim, Singer aponta como fator explicativo da desigualdade do modelo capitalista sua forte tendência à competição em detrimento da busca do bem-comum.

Dá-se destaque à construção de redes para potencializar as ações dos empreendimentos isolados diante da concorrência com o grande capital, necessitando de um processo de desenvolvimento sinérgico que envolva ONGs, universidades, governos e a sociedade civil, além do desenvolvimento do consumo solidário e dos clubes de trocas. Porém, Singer (2003) afirma que a ES só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer aos diversos trabalhadores oportunidades concretas de auto-sustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona. Isto é, Singer afirma que a Economia Solidária passará de paliativo dos males do capitalismo para real competidor do mesmo, quando alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia.

Singer (2002b) argumenta que a importância de programas de geração de trabalho e renda baseados na economia solidária, decorre, primeiramente, da falta de crescimento econômico no Brasil nas últimas décadas, uma vez que tais programas contribuem para reduzir o desemprego e a exclusão social; da criação de espaços de atuação e conhecimento popular em autogestão, já que as cooperativas de produção, consumo e crédito integram um modo de produção que, diferentemente do que ocorre no capitalismo, tem o trabalho, e não o lucro, como prioridade; e do fato que o crescimento econômico isoladamente seria insuficiente para resolver o problema do desemprego, quer um país seja desenvolvido ou subdesenvolvido, por a dinâmica de acumulação do capital promover o desenvolvimento econômico de modo a gerar e destruir riquezas, necessitando sempre da força de trabalho.

2.1.2 Aspectos teóricos

A elaboração de Singer sobre a economia solidária é orientada pela intenção de reconceituar o socialismo (o que o autor chama de “revolução social socialista”) e reavaliar suas perspectivas e possibilidades (SINGER, 1998b). Nessa trajetória, faz uso de diversas categorias marxianas para afirmar que o socialismo deve ser construído ainda sob a hegemonia do capitalismo, como um “modo de produção”, subordinado e integrado à chamada “formação social capitalista” (CARVALHO, 2011).

O conceito de formação social, para Singer, é um complexo articulado de diferentes modos de produção.

A formação social hegemônica é capitalista porque o modo de produção predominante é capitalista. Mas isso não impede que os outros modos de produção (produção simples de mercadorias, produção de serviços públicos, produção doméstica e produção cooperativa) funcionem cada qual ao seu modo. Isso porque (...) o modo de produção capitalista apresenta brechas para que outras atividades econômicas, ainda que tenham como base princípios totalmente distintos dos capitalistas, tenham espaço para se organizar e se desenvolver no interior da formação social capitalista. Por se constituírem de princípios opostos ao do capitalismo, essas atividades econômicas devem ser consideradas, em seu conjunto, como socialistas (CARVALHO, 2011).

O modo de produção cooperativo, segundo Singer, foi desenvolvido pelo movimento operário socialista e deu origem às cooperativas de consumo e de produção, também referidas pelo autor como *implantes coletivistas*, ou seja, construídos nos interstícios da formação social capitalista. Também relata que as cooperativas são o exemplo mais controverso de implante socialista, pois ao mesmo tempo em que não são capazes de se constituírem como forças produtivas, também possuem a capacidade de desalienar produtores e consumidores através da educação cooperativa.

O autor afirma (SINGER, 1998b) que, diante do desenvolvimento do modo de produção capitalista, no período entre 1780 até 1880, a classe operária reagiu de três formas: primeiramente contra o industrialismo, depois na luta pela democracia e, finalmente, no desenvolvimento de sindicatos e cooperativas, formas de organização social potencialmente anticapitalistas. Sendo a Economia Solidária uma “criação em processo contínuo” de trabalhadores em luta contra o capitalismo, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha em toda sua evolução.

Para Singer (1998b), foi o socialista inglês Robert Owen quem primeiro arquitetou um projeto de sociedade alternativo ao capitalismo, com base em novas forças produtivas e

em novas relações sociais capazes de superar a exclusão social e suscitar a repartição igualitária da renda. E considera que é devido ao “fracasso de experimentos coletivistas, inspirados em Marx⁵, [que] levam as vítimas da revolução social capitalista de volta ao ponto de partida” (SINGER, 1998b, p.109 *apud* CARVALHO, 2011).

Este ponto de partida é a reatualização do legado do socialismo utópico e, mais especificamente, das iniciativas iniciadas com Owen, de modo que se trata do ressurgimento do cooperativismo e do que genericamente se chama ‘economia solidária’⁶ como resposta à crescente exclusão social produzido pelo neoliberalismo (CARVALHO, 2011).

Assim, são as contradições do capitalismo que criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas - como as da ES - cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. E Singer (2003a) defende que o caráter revolucionário da economia solidária lhe confere “a perspectiva de superar a condição de mero paliativo contra o desemprego e a exclusão” por conta, entre outros, sobretudo pela prática da autogestão por parte dos trabalhadores. Afirma que, após se estabelecerem nesses empreendimentos, é comum cooperados recusarem empregos porque, “como costumam dizer, “já não agüentam mais trabalhar para patrão””.

Como fator subjetivo positivo, Singer (2003a) elogia o grande potencial de resgate da auto-estima dos trabalhadores por conta dos aspectos particulares de gestão do empreendimento solidário:

Para pessoas humildes, que sempre foram estigmatizadas por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania. Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo (SINGER, 2003, p.28).

O ponto de partida para a transformação da sociedade, para Singer (1998b), não deve ser a revolução política, pois esta corresponderia a um episódio datado no tempo, de transformação institucional das relações de poder marcado pela violência, que não possui mais lugar na história. Pelo contrário, tal transformação deverá partir de uma revolução

5 O autor se refere aos países do bloco socialista do leste europeu e à China, Cuba, Coréia do Norte.

6 Também chamada por alguns autores de sócio-economia solidária, economia popular solidária, economia popular e solidária etc., visando valorizar aspectos para além da solidariedade.

social socialista, que compreende um conjunto das lutas de cunho reativo empreendidas pelo movimento operário contra os prejuízos da acumulação capitalista. Assim, apesar da ES ser considerada como modo de produção intersticial, ou seja, “inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo”, constitui, ainda assim, uma forma abrangente de organização da economia e da sociedade, superando a luta de classes (CARVALHO, 2011).

Concluindo, uma marca do forte entusiasmo do autor para com a ES pode ser visto em sua argumentação sobre sua abrangência:

A extraordinária variedade de organizações que compõem o campo da economia solidária permite formular a hipótese de que ela poderá se estender a todos os campos de atividade econômica. Não há em princípio um tipo de produção e distribuição que não possa ser organizado como empreendimento solidário (SINGER, 2003, p.25).

2.2 Críticas de autores marxistas

2.2.1 Luiz Inácio Gaiger

Gaiger (2003) discute a natureza dos empreendimentos solidários com distanciamento de alguns setores da esquerda que, segundo ele, por a identificarem como nova expressão dos ideais históricos das lutas operárias e dos movimentos populares, adotaram a economia solidária em seus projetos de mudança social e passaram a teorizá-la sem o devido cuidado, afetados por ideologias e por seu impacto político. Afirma que as formulações mais audaciosas, que associam a economia solidária a um novo modo de produção, não-capitalista (como em Singer) incidem nesse erro por falhar no trato conceitual e porque tendem a não serem vistas como hipóteses revisáveis, mas como respostas definitivas.

A partir disso, Gaiger, baseado na teoria marxista da transição e retomando a definição conceitual proposta por Godelier (1981), trata dos conceitos centrais que embasam a discussão, como modo de produção, modo material de produção e forma social de produção, para revelar a forma como o capitalismo se estruturou como modo de produção e, baseado nisso, expõem as limitações da economia solidária, sem, por fim, deixar de destacar os méritos e as possibilidades de desenvolvimento no futuro de tais empreendimentos.

Assim, afirma que um modo de produção exige um modo material de produção consolidado, e este pode ser compreendido como “os elementos e as formas materiais dos diversos processos de trabalho, pelos quais os membros de uma sociedade agem sobre a natureza que os cerca para (...) produzirem e reproduzirem as condições materiais de sua existência social” (GODELIER, 1981, *apud* GAIGER, 2003, p.187). Como modos materiais que produzem bens semelhantes podem utilizar bases técnicas idênticas ou distintas, “um modo material de produção não existe jamais isolado dos arranjos sociais do processo de trabalho” (GAIGER, 2003, p.187). Ou seja, um modo de produção exige engendrar uma totalidade que agrega as relações sociais ao processo de produção, circulação e consumo de bens de produção.

Gaiger relata que através da grande indústria iniciada com a Revolução Industrial, o capitalismo passou a contar com sua própria base técnica, com um modo material de produção adequado, que seguiu sendo enormemente impulsionado pelas forças produtivas. E com as leis do valor capitalista postas em curso - forças produtivas subjugadas inteiramente ao capital, extração do excedente pela mais-valia relativa, o trabalho encontrando-se numa condição de subsunção real, sobreposta aos mecanismos de subordinação anteriores – pode-se ver que a nova forma social de produção é quem deu o impulso definitivo à transformação da base material (isto é, essa se modificou em resposta a uma nova lógica social, concretamente posta em marcha na sociedade). E criando sua base própria, o capitalismo realizou o que mais importa num modo de produção: instaurou o processo que vem a reproduzir sua própria realidade (GAIGER, 2003).

A economia solidária, segundo o autor, não reproduz em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras (em resumo, nessas, os trabalhadores empregam o capital, e não o contrário), porém não elimina a reprodução da forma tipicamente capitalista. Ela está sujeita aos efeitos da lógica de acumulação e as regras de intercâmbio impostas ao conjunto dos agentes econômicos, de conteúdo eminentemente utilitário; e como forma de responder à premissa de produtividade competitiva, está forçada a adotar a base técnica do capitalismo, os processos materiais de produção por ele introduzidos continuamente (GAIGER, 2003). Com esse déficit de autonomia, Gaiger afirma estar nítido o caráter incompleto da emancipação do trabalho solidário diante do domínio do capital, seja na esfera da circulação e distribuição, seja na renovação contínua das forças produtivas.

Dessa forma, conforme o autor trata anteriormente da economia camponesa, mas agora valendo para a economia solidária, vê-se que:

(...) formas econômicas desprovidas de uma estrutura relativamente auto-suficiente, capaz de reconstituir continuamente as relações de expropriação e acumulação de excedentes próprias àquelas formas, não remetem ao modo de produção como unidade de análise (...) (p.188).

Assim, conclui estarmos diante apenas de uma nova “forma social de produção”, cuja tendência é abrigar-se, contraditoriamente, sob o modo de produção capitalista.

2.2.2 Claus Germer

De modo mais veemente, Germer (2005) critica a abordagem de alguns autores, principalmente de Paul Singer, sobre a ES. Para ele, ela consiste em “tentativas de teorizá-la (...) como embriões de uma forma de organização social alternativa ao capitalismo”, mas não passam, na verdade, de um “conjunto de iniciativas emergenciais destinadas a amenizar os efeitos de problemas sociais” (p.1).

Critica Singer por tentar “teorizar a economia solidária com base em alguns elementos da teoria social marxista, concebendo-a como uma forma social alternativa ao capitalismo sob o título especificamente marxista de novo ‘modo de produção’”, sem, no entanto “precisar o sentido teórico que atribui ao conceito de ‘modo de produção’” (GERMER, 2005).

Baseado em Marx, Germer afirma que não há outro modo de produção convivendo e competindo com o modo capitalista, que “a superação do capitalismo resulta do seu próprio e pleno desenvolvimento” e que a maneira que Singer utiliza a expressão modo de produção “diverge totalmente do sentido que [Marx] lhe deu, de modo que a sua utilização induz no leitor a falsa impressão de que se trata de uma categoria empregada no sentido original de Marx” (GERMER, 2005, p.4).

2.2.3 Marlene Grade

Grade (2007) vê a economia solidária como um processo da superação da alienação humana. A solidariedade é encarada como “espaço transitório na construção de uma nova forma de produção da vida, para além das condições dadas pelo capital”. É uma práxis que emerge a partir das experimentações dos homens produtores diretos transmutando-se em homens humanizados. “Assim a Economia Solidária é a experimentação de uma produção

material e social efetivada pelos homens produtores diretos, sob o modo de produção capitalista” (p.6).

Desse modo, a autora deixa claro que:

(...) a Economia Solidária não é uma busca ou uma possibilidade futura de um ideal a ser conquistado, mas algo que se produz no próprio processo de produção, como ser social engendrado pelo capital, na materialidade dos homens hoje, explicitada como desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é a manifestação contraditória das contradições próprias do modo de produção capitalista (GRADE, 2007, p.7).

Grade aponta como falha em Singer o não reconhecimento do capitalismo como “um processo histórico em constante negação e superação de si mesmo, através da destruição de todas as formas individuais de produção da existência humana e construção de formas sociais” (GRADE, 2007, p.8). Singer não analisa o processo de constituição das forças produtivas como um processo de socialização entre os próprios homens, mas as dá como elementos prontos. Como consequência disso, é levado a propor as cooperativas de trabalhadores como ponto de chegada, não as enquadrando, como Marx, em “um processo histórico do capital transmutando-se em social”.

Grade afirma que a “abolição da dicotomia entre capital e trabalho”, proposta pelo autor com a ES, ocorre, para Marx ainda no modo de produção capitalista, na transubstanciação da propriedade individual em propriedade social. O surgimento das cooperativas (assim como das “sociedades por ações”), longe de ser um objeto de análise isolado, é “resultado do desenvolvimento máximo da produção capitalista” (MARX, 1991, p.505 *apud* GRADE, 2007, p.13), e não uma ação consciente por parte dos trabalhadores, como afirma Singer.

Sendo a ES um novo modo de produção, Singer “perde a concepção histórica como universalidade de como o capitalismo, contraditoriamente, afirma-se e engendra sua superação” (GRADE, 2007, p.14).

[As lutas anticapitalistas] têm de ser apreendidas em sua totalidade e em sua singularidade. Singer, que reconhece a positividade do desenvolvimento das forças produtivas, engendradas pelo capitalismo como forças universais e históricas, bem como o caráter universal das lutas anticapitalistas dos homens, surpreende-nos por não explicitar a universalidade em que são tecidas e o movimento histórico no qual vêm sendo construídas. Ou seja, Singer destaca o desenvolvimento das forças produtivas sem as considerar pressupostos das lutas políticas. Vê as cooperativas como “novo modo de produção” brotando dos homens

produtores diretos e não como decorrência da transmutação do trabalho individual em social, de como a passagem do trabalho individual em social engendra também a luta política. (GRADE, 2007, p.17)

Assim, sendo o fato de a luta dos trabalhadores já constituir “um novo modo de produção”, sem a necessidade de haver uma teleologia que os conecte para além da universalidade capitalista, “Singer desvincula os homens produtores diretos da luta que os homens desvalorizados tecem, a cada momento da história, para se manterem como seres viventes” (GRADE, 2007, p.16). Tal luta coloca-se em sua teoria entre modos de produção onde “o modo de produção solidário busca subsumir o modo de produção capitalista, derrotando-o, através de uma maior eficiência econômica, uma vez que este último utiliza-se da autogestão como fator produtivo”.

Conclui que, se a valorização do valor é o ato teleológico humano no modo de produção capitalista, na sociedade do vir-a-ser, “esse ato será a produção consciente de seres humanos plenamente desenvolvidos”, “a produção e reprodução de sua própria vida como seres sociais e não mais a do capital” (GRADE, 2007, p.22).

2.2.4 Outros

Carvalho (2011) critica a visão de Singer quanto a ES ser um modo de produção intersticial, ou seja, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, afirma não ser válida a defesa feita dos “implantes socialistas” e não admite que o projeto de desenvolvimento surgido das contradições do capitalismo seja superior à luta de classes.

Considera que o suposto desenvolvimento humano propiciado pela economia solidária abordada em Singer é baseado no fato de ela ser moralmente superior ao capitalismo. A solidariedade encontrada nas organizações da ES geraria qualidades subjetivas que se constituiriam em vantagens em comparação às empresas capitalistas, como auto-realização, autoconfiança e auto-segurança pessoais dos trabalhadores. Destaca que apesar de que tais qualidades subjetivas estarem relacionadas a uma concepção de uma sociedade mais humana, o enfoque dado por Singer a esses elementos, além de retomarem critérios de eficiência capitalista, representa, nas condições políticas e econômicas vigentes, uma exclusão do caráter intrinsecamente conflitivo da sociedade, o que acaba por transformar sua proposta em apenas uma combinação de elementos morais mais “aceitáveis” numa sociedade injusta e desigual (CARVALHO, 2011).

Na análise de Castro (2009), aprofunda-se a crítica à Singer quanto à ausência do componente político na discussão sobre a ES e a superação do capitalismo, especificamente quanto à distinção entre revolução social - transformação cultural lenta, realizada pelos trabalhadores - e revolução política – limitação das mudanças sociais a um único momento histórico, a tomada do poder, considerada um erro por Singer. Isso se deve pela visão de Singer que a revolução social socialista, diferentemente do processo da revolução social capitalista, que foi subordinada ao feudalismo, se iniciou no século XIX implantando-se no capitalismo ainda em constituição.

Destaca também que Singer argumenta contra a revolução política por ela ferir as liberdades individuais ao impor um plano de metas – baseado no fato de não ter havido permissão para que outro modo de produção competisse com o planejamento econômico centralizado na URSS (uma vez que o sistema capitalista, para Singer, ao contrário, engloba diversos modos de produção) - e por entender o socialismo como um projeto em constante construção e não apenas após a tomada do poder. É desse modo que a cooperativa é vista como a atual instituição possível que contraria as tendências capitalistas e possibilitaria modificações graduais nas relações sociais pela prática da autogestão, o que contribuiria para a passagem do modo de produção capitalista para o socialista, ou à dominância do modo de produção socialista sobre o capitalista (CASTRO, 2009).

Porém, a luta política é o elemento essencial para Marx no que se refere à transição. Considerava que a única forma do movimento cooperativista não se resumir em apenas manifestações isoladas seria desenvolvê-lo em dimensões nacionais e fazê-lo ser incorporado e incrementado por meios nacionais, o que só seria possível pela conquista do poder político pela classe operária, constituindo esta sua principal tarefa (CASTRO, 2009).

Os senhores da terra e os senhores do capital usarão sempre seus privilégios políticos para a defesa e perpetuação de seus monopólios econômicos. Em vez de a promoverem, continuarão a colocar todos os obstáculos possíveis no caminho da emancipação do operariado (MARX, 198-: 320 apud CASTRO, 2009, p.3).

Castro (2009) expõe uma crítica de Turchetto (2005) que contesta as similaridades entre a transição do feudalismo para o capitalismo e desse para o socialismo, para depois apontar os erros teóricos cometidos por aqueles que baseiam seu pensamento nesse modelo. Assim, explica que o modelo que possui modos de produção convivendo e disputando a dominância, é chamado de “formação social” na literatura marxista e, segundo esse conceito (adotado por vários autores que compactuam com Singer) não há

modo de produção em estado puro, e, nas sociedades historicamente concretas, há “uma combinação, uma articulação de modos de produção diversos organizados em torno de uma determinada forma dominante de relações sociais de produção” (TURCHETTO, 2005, *apud* CASTRO, 2009, p.4).

Essa análise se aplica para a explicação da transição do feudalismo para o capitalismo porque a convivência entre os dois modos de produção era possível, relata Castro. A passagem de uma forma de produção para a outra se deu porque o capitalismo rompeu com a necessidade da exploração extraeconômica típica do feudalismo, que ocorreu com a passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital, que propiciou a exploração econômica dos trabalhadores (CASTRO, 2009). Com essa transição determinou-se também a formação da divisão social do trabalho tipicamente capitalista, estabelecendo as relações sociais capitalistas e criando, assim, “uma formação social específica, com instituições próprias e um aparato jurídico-legal construídos para que o processo de valorização, central na reprodução do capitalismo, continue em vigor (p.4)”.

Turchetto *apud* Castro (2009) afirma que a valorização, que permite ao capital se reproduzir, é o diferencial do modo de produção capitalista em relação a outros modos de produção e, dessa forma, defende a necessidade do “salto revolucionário”, uma vez que o gradualismo não define marcos de ruptura. Dessa forma, conclui que os novos modos de produzir que aparecem no capitalismo são, na verdade, novas formas de consumir, distribuir e de promover a circulação de bens, que não afetam a estrutura das relações de produção. Dada a permanência da relação de produção capitalista, há a continuidade da atual divisão social do trabalho que, por sua vez, reproduz as relações sociais próprias da sociedade burguesa (CASTRO, 2009).

Diferentemente de como ocorreu a passagem do feudalismo para o capitalismo, com a substituição de uma exploração por outra - a extraeconômica pela econômica -, a passagem do capitalismo para o comunismo⁷ se dá, portanto, pela abolição de toda forma de exploração e de divisão em classes (CASTRO, 2009). E “o processo de instauração dessas novas formas de sociedade não pode correr ao lado do modo de produção capitalista, na medida em que coincide com a eliminação deste último” (TURCHETTO, 2005, *apud* CASTRO, 2009, p.5).

⁷ Para Turchetto, o socialismo é a sociedade de transição, e o comunismo, a sociedade em que a mudança estaria consolidada.

Nessa linha, Castro (2009), em concordância com Gaiger (2003), não admite que dentro do capitalismo existam outros modos de produção, mas sim formas sociais de produção atípicas e ainda acrescenta que:

(...) mais do que não se colocar como alternativa ao capitalismo, [a economia solidária] atua como uma das formas de organização de trabalho diferenciadas que contribuem para a sua reprodução. Em tempos de acumulação flexível do trabalho, cooperativas ou empreendimentos econômicos solidários podem ser funcionais ao atuar como terceiras ou se inserirem em uma cadeia produtiva. Participam ativamente, portanto, do processo de reprodução do capital (CASTRO, 2007. p.7).

3. SENAES

3.1 Trajetória histórica

No FSM que ocorreu em Porto Alegre em 2003 foi realizada a II Plenária Nacional de Economia Solidária, onde foi anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego. No mesmo ano foram criados a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

Essas realizações por parte do Governo Federal, atendendo às mobilizações envolvidas com a ES significou uma mudança nas políticas públicas do MTE - focadas nas iniciativas de emprego e na proteção dos trabalhadores assalariados - e o trabalho cooperado ganhou maior reconhecimento e apoio. O referido ministério incorporou em suas funções “o desafio de implementar políticas que incluam as demais formas de organização do mundo do trabalho e proporcionem a extensão dos direitos ao conjunto dos trabalhadores”⁸.

A SENAES apóia os EES de forma direta e por meio de cooperação com outros órgãos governamentais e com organizações da sociedade civil. Este apoio foi viabilizado como política pública a partir de 2004, com a implantação do *Programa Economia Solidária em Desenvolvimento*, no PPA 2004 - 2007.

Segundo a Secretaria:

O público-alvo das políticas públicas em ES são aqueles cidadãos que estejam organizados ou queiram se organizar nas formas da Economia Popular Solidária. A prioridade de acesso são para os cidadãos que vivem em situação de maior vulnerabilidade social, particularmente aqueles beneficiados por programas de transferência de renda e de geração de trabalho e renda. Nesse sentido, torna-se fundamental reconhecer a diversidade de sujeitos deste setor e adequar a cada um as formas de acesso e trânsito dentro da política. (Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal 2003/2010, 2012, p.15)

Foram realizadas parcerias estratégicas visando à execução das ações do Programa, dentre as quais se destaca a feita com a Fundação Banco do Brasil (mantida até hoje) para a execução conjunta do “Projeto Trabalho e Cidadania”, em razão da experiência, da alta

⁸ Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br>>. Acesso em 18 de Outubro de 2013.

capilaridade (através de agências bancárias presentes em quase todos os municípios brasileiros) de tal fundação e da limitação quantitativa de membros da equipe da Secretaria.

Durante o período de 2005 a 2007 a SENAES focalizou melhorar a estruturação de suas linhas de atuação para dar maior identidade à suas políticas públicas e, assim, poder ser melhor compreendida pelos demais órgãos públicos em torno dos seus objetivos.

A I Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES), de junho de 2006, iniciou um novo período para as políticas públicas de ES, “com a consolidação de um processo público e democrático de discussão das demandas da ES” que possibilitou que o CNES fosse de fato instituído, apesar de ter sido criado em 2003.

Em 2007, o CNES participou ativamente da elaboração do Plano Plurianual do Governo Federal (2008 - 2011), com a formulação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento e de proposições de ações favoráveis à ES em outros Programas do Governo Federal, como com a inclusão das cooperativas nos benefícios não tributários da Lei nº 123/2006 (Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas, também conhecida como Super Simples).

Em 2008, ocorreu a reorganização do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento no âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 visando apresentar ações mais integradas entre três eixos de atuação, com o objetivo de fortalecer EES por meio do acesso a: I) capital (apoio à oferta de bens e serviços financeiros), II) conhecimentos (formação, assistência técnica e pesquisas), e III) mercados (organização dos processos de produção e canais de comercialização), em atendimento às principais demandas que emergiram na I Conferência Nacional de Economia Solidária.

E em 2010 houve a realização da II Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), com o tema ““Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável””, reafirmando a ES como estratégia e política de desenvolvimento. Também foram assinados dois Decretos do poder executivo que contribuíram para a institucionalização da política pública de ES: o Decreto nº 7.358 que instituiu o Sistema de Comércio Justo e Solidário (SCJS) e o Decreto nº 7.357 que institucionalizou o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC).

3.2 ES e a crise

A crise financeira internacional prejudicou as ações de fomento e financiamento de novas iniciativas econômicas solidárias, além de aumentar o desemprego e o subemprego causando a redução no consumo e queda nos preços de produtos e serviços dos EES (II CONAES, 2010, p.15).

Mesmo com o fortalecimento e crescimento das iniciativas de economia solidária em nível nacional e de forma cada vez mais territorializada, houve um processo de retração de suas forças políticas. Segundo o documento da II Conaes, isso é explicado, em grande medida, pela ausência de autonomia e sustentabilidade do seu desenvolvimento, “o que está intimamente ligado às dificuldades de acesso às políticas públicas atuais, insuficientes para responder à realidade da economia solidária”.

O documento realça que apesar de a ES ser maior divulgada e debatida em momentos de crise econômica, ela não deve ser considerada como um tipo de política social ou ação compensatória dos danos gerados pelo capitalismo:

Seu desafio é o de projetar-se como paradigma e modelo de desenvolvimento que tem por fundamento um novo modo de “produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos” (II CONAES, 2010, p.17).

3.3 Estrutura e funcionamento

A SENAES é composta por Gabinete, Departamentos e Coordenações que articulados executam suas funções conforme o organograma:

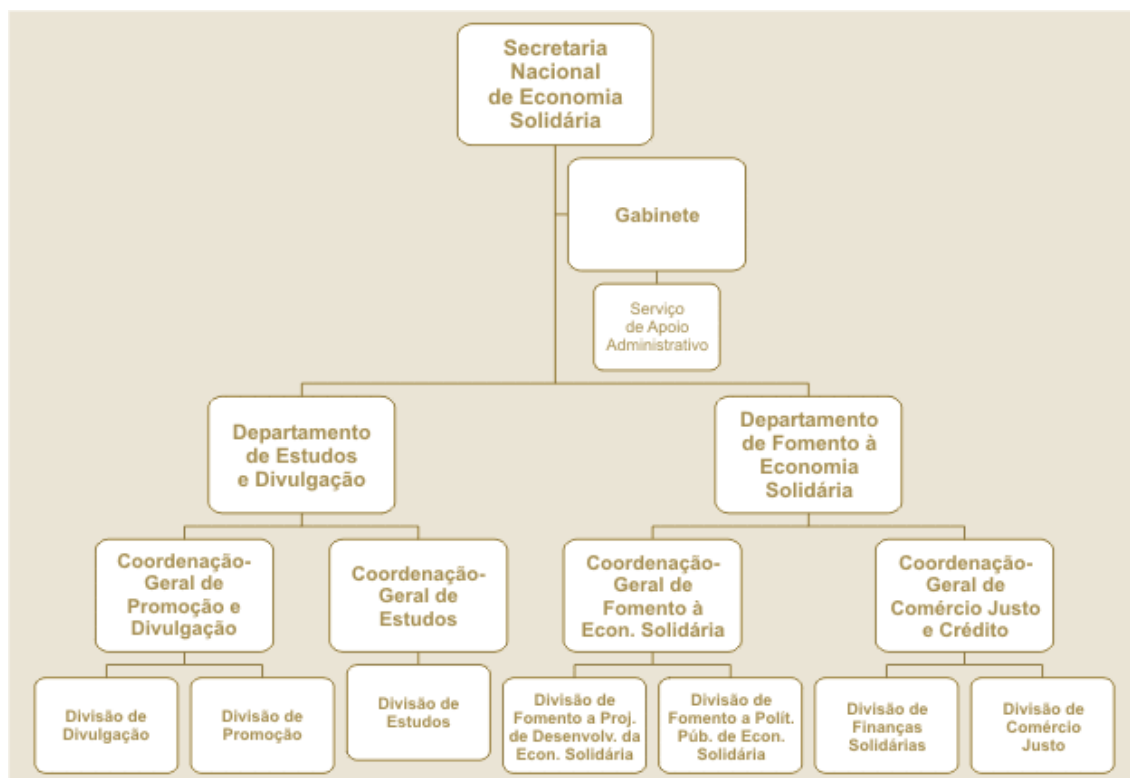


Figura 01: Organograma administrativo da SENAES/TEM.

Fonte: Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no Governo Federal. 2003/2010.

A seguir são listadas as atribuições dos principais órgãos da Secretaria, segundo consta no documento oficial, de junho de 2012, "Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal 2003/2010".

Compete ao Gabinete da SENAES:

- * assistir ao Secretário e ao Secretário-Adjunto em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente;
- * realizar a execução e o controle do orçamento da SENAES;
- * providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas à área de atuação da Secretaria; e
- * auxiliar o Secretário-Adjunto na coordenação dos serviços de secretaria do CNES.

Compete ao Departamento de Estudos e Divulgação, aliado às suas coordenações e divisões:

- * colaborar com o desenvolvimento e a divulgação de pesquisas na área da ES;
- * articular-se com o Departamento de Qualificação, da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, para a promoção de ações de formação no campo da ES;
- * promover seminários, encontros e outras atividades que tenham por objetivo a divulgação e promoção da ES;
- * coordenar estudos da legislação que visem ao fortalecimento da ES; e
- * apoiar iniciativas das universidades com vistas à criação de campo acadêmico e científico da ES.

Ao Departamento de Fomento à Economia Solidária junto às suas coordenações e divisões, compete:

- * promover ações, elaborar e coordenar programas que visem ao desenvolvimento e fortalecimento da ES;
- * coordenar a articulação e o desenvolvimento de parcerias com organizações não governamentais, entidades de classe, universidades e outras instituições para o desenvolvimento de programas de ES;
- * promover a expansão dos EESs, mediante a abertura de canais de comercialização e a divulgação dos conceitos de comércio justo e consumo ético;
- * promover a articulação de políticas de financiamento que viabilizem a criação de novos empreendimentos e o desenvolvimento e consolidação dos já existentes; e
- * cooperar com a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) e com outros órgãos de governo para o desenvolvimento de linhas de crédito que sejam mais adequadas aos EES.

Conforme o Decreto 5063, de maio de 2004, estabeleceu-se que seriam atribuições da SENAES:

- I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego;
- II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;
- III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;
- IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;
- V - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados,

organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;

VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;

VII - contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;

VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;

IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;

X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;

XI - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais;

XII - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;

XIII - supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;

XIV - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério do Trabalho e Emprego, em sua área de competência; e

XV - articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência.

3.4 Ações implementadas

Entre os principais projetos e ações desenvolvidas pela SENAES entre 2004 e 2007, ainda segundo o documento "Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal 2003/2010", destacam-se:

- implantação do Plano Setorial de Qualificação em Economia Solidária (PLANSEQ Ecosol) com o objetivo de promover a qualificação social e profissional de trabalhadores/as de EES organizados em redes ou em cadeias de produção e comercialização, em 21 estados do Brasil;
- apoio a projetos de empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão, com destaque para o Projeto Harmonia da Usina Catende, em Pernambuco, que estava sendo recuperada por trabalhadores em regime de autogestão, beneficiando uma população de mais de 15.000 pessoas em cinco municípios de Pernambuco;
- implantação de Centros Públicos de Economia Solidária, espaços multifuncionais para suporte e desenvolvimento de serviços de apoio aos empreendimentos econômicos solidários na área de formação, comercialização, assistência técnica etc.;
- projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES), depois chamado de "Brasil Local", que dissemina a ES e

acompanha empreendimentos econômicos solidários por meio da atuação de agentes de desenvolvimento local;

- realização do primeiro mapeamento da ES no Brasil (2005 - 2007), com a implantação do SIES;
- implantação do Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária, apoiando eventos de organização da comercialização em feiras estaduais, nacionais e internacionais;
- realização da Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização da Economia Solidária no Brasil: “Outra Economia Acontece”; e
- apoio aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, em parceria com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal (CEF) e fomento aos Fundos Rotativos Solidários, em parceria com o BNB e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Já no período de 2008 a 2010, as atividades a seguir foram as principais:

- projeto de Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços da Economia Solidária com suporte para implantação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS) e apoio a mais de uma centena de feiras de ES (internacionais, nacionais, estaduais e territoriais), beneficiando diretamente 5,5 mil EES;
- implantação dos Núcleos Estaduais de Assistência Técnica em Economia Solidária (NEATES) e de projetos de assistência técnica em Redes de Cooperação;
- implantação dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES) – Nacional e Regionais – para formação de 15 mil formadores, educadores e agentes que atuam com ES;
- atualização e ampliação do SIES com o segundo mapeamento nacional de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e de políticas públicas de ES;
- segundo Plano Setorial de Qualificação Profissional e Social em Economia Solidária (PlanSeQ Ecosol) com ampliação das redes de cooperação, beneficiando mais de dez mil trabalhadores da ES que atuam nas cadeias produtivas do artesanato, coleta e reciclagem, confecções, agroecologia, metalurgia, apicultura, fruticultura e piscicultura;
- cursos de formação de gestores públicos federais para atuação em políticas voltadas à ES com servidores públicos federais, estaduais e municipais, inclusive com funcionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- produção e distribuição de mais de 22 mil kits (incluindo programas de rádio, filmes e documentários, cartilhas, cartazes, folhetos e manuais de formação de formadores) da Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização da Economia Solidária;
- ampliação no número de Incubadoras Universitárias de Empreendimentos Econômicos Solidários apoiadas pelo Programa

Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), com o objetivo de prestar serviços de formação, informação e de apoio organizativo e de comercialização no fomento a aproximadamente 700 EES, com mais de 10 mil trabalhadores/as associados/as;

- continuidade da ação de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária que beneficiou diretamente mais de 110 mil pessoas em comunidades pobres do meio rural e nos grandes centros urbanos, em milhares de EESs que foram fomentados e assessorados. O programa capacitou mais de 1500 agentes comunitários que apoiam e fomentam iniciativas econômicas solidárias a partir do resgate e da valorização do trabalho das mulheres e da cultura dos povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, fundos de pasto etc.);
- continuidade da ação de apoio aos processos de Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão, beneficiando 70 empresas recuperadas;
- em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB), a SENAES continuou o apoio a mais de 10 mil catadores de materiais recicláveis que receberam formação e assistência técnica articuladas a outras iniciativas de fomento do Governo Federal;
- apoio às iniciativas de Bancos Comunitários de Desenvolvimento que foram disseminados e multiplicados em várias regiões do país, levando financiamento solidário a milhares de pessoas na promoção do desenvolvimento comunitário, apoiando 150 bancos comunitários com apoio da SENAES e parceria com o Ministério da Justiça;
- da mesma forma, foram executadas ações de apoio às organizações que atuam com Fundos Rotativos Solidários para viabilizar ações produtivas associativas e sustentáveis, com o apoio a mais de 250 Fundos Solidários no país.

CONCLUSÃO

Ao refletirmos sobre a investigação realizada neste trabalho acerca da Economia Solidária, torna-se claro que este modelo organizacional comporta grandes avanços, não se poderia esperar menos de um modelo baseado em relações de mutualidade e de reciprocidade e que tem a solidariedade como ponto de partida. Tais empreendimentos constroem alternativas socioeconômicas sustentáveis, buscando um desenvolvimento para além do fator econômico, que reúne sustentabilidade econômica, social e ambiental, o que favorece a qualidade do trabalho e confere valores de cidadania aos envolvidos.

Porém, a realidade prática da grande maioria dessas iniciativas, como pode ser visto pelos dados expostos no capítulo 1, sofrem com as limitações de ordem econômica, como com baixíssima remuneração e dificuldades de comercialização dos produtos e na obtenção de crédito. Isso, aliado ao fato de quem são os trabalhadores cooperados e das razões por ali estarem, evidenciam que essa é uma atividade muito particular, distante de ser propagada para todas as áreas da economia. Falta a compreensão de que a conversão de agentes econômicos capitalistas - personificação do capital -, através de elementos subjetivos, em atores da economia solidária não faz sentido, uma vez que a razão de ser de tais agentes é a busca constante pela obtenção exclusiva do maior lucro possível. Assim, não se deve esperar ou empenhar esforços para que isso ocorra, além disso, muito pode ser feito num campo de atuação menor, mas muito importante.

Sobre um dos maiores pilares da teoria de Singer, quanto a ES ser um novo modo de produção, contrário e competidor do modo capitalista, concluiu-se que, como pode ser visto na análise de importantes autores marxistas, tratar-se de um equívoco. Mesmo admitindo a ação da ES como correspondendo à reinvenção do movimento cooperativista que Marx analisou, tais empreendimentos são formas de transição entre o capitalismo e o modo de trabalho associado, ainda no interior do modo capitalista.

Destaca-se o fato de que essa idéia, presente na proposta de Singer, não é encontrada nos textos autorais da SENAES, isto é, o conceito de Economia Solidária presente dentro da Secretaria Nacional de Economia Solidária, longe de constituir um modo de produção, é encarado como um modelo organizacional que tem seu funcionamento regido por valores mais humanos em comparação com as empresas comuns, como equidade e solidariedade.

Essa questão conceitual possui grande importância em razão dos seus desencadeamentos. Na tentativa de reorientar a luta em direção ao socialismo, diante das

diversas desilusões ocorridas ao longo do século XX e do estado das condições política, econômica, social e ambiental, Singer propôs sua formulação da Economia Solidária como sendo um projeto salvacionista. Mas, como pode ser visto, não há nenhuma motivação ideológica nos trabalhadores cooperados - podendo-se até dizer que os valores peculiares presentes nas iniciativas possuem a função prática de amenizar a baixa remuneração e as demais dificuldades de trabalho enfrentadas –, o que torna visível que a força ideológica não vai além dos atores que prestam auxílio às atividades. Assim, é frustrante que apenas a construção de cooperativas, e de uma infraestrutura de apoio ao seu redor, seja vista como novo *front* de batalha contra o capital, sendo essa a principal meta a ser atingida como aposta para a transformação da sociedade.

Dessa forma, a questão política é abandonada tanto explicitamente como por resultado dos efeitos das demais proposições de Singer, que até considerada o desenvolvimento das forças produtivas, como visto em Grade (2007), mas sem as ver como pressupostos das lutas políticas, “como decorrência da transmutação do trabalho individual em social, de como a passagem do trabalho individual em social engendra também a luta política” (Idem p.15).

A consequência disso é que, junto com as mudanças relativas às esferas do trabalho e do capital, num contexto de desemprego, trabalho precário e pobreza, tem-se um enfraquecimento no poder de organização da classe trabalhadora, o que aumenta a exploração do capital.

Os sistemas de garantias ao trabalho, criados em alguns países centrais, e as ações reguladoras nos países periféricos, foram fruto do movimento contraditório de 'conquistas' do trabalho e 'interesses' do capital. Mas, sem dúvidas, só foram possíveis devido à existência, naquele momento histórico, de uma ampla força de pressão acumulada pelos trabalhadores na luta de classes, sobretudo, pela existência da ameaça do comunismo. O enfraquecimento da organização e da força da classe trabalhadora na atualidade, entre outros motivos, está resultando em um processual desmantelamento desses sistemas de proteção, expondo os trabalhadores a condições de trabalho cada vez mais aviltantes (SOUZA, 2008).

Quanto à atuação da SENAES, entidade que fornece suporte ao desenvolvimento da ES em todo país, primeiramente, afirmamos ser louvável quaisquer medidas que gerem políticas públicas destinadas aos segmentos mais fragilizados e excluídos da sociedade. Após vermos as principais ações implementadas conferimos que, como já foi dito referente à teoria, mas agora de ordem prática, não há uma oposição ao capitalismo, às empresas tradicionais, pelo contrário, há inclusive parcerias com organizações privadas para projetos

de desenvolvimento da ES. Portanto, apesar do apoio dado a alguns casos de recuperação de empresas e implantação dos princípios da ES, longe de promover a propriedade coletiva dos meios de produção em si, essa entidade atua apenas como uma prestadora de assessoria em dimensão nacional aos empreendimentos solidários, sem carregar qualquer semente ideológica de conscientização dos trabalhadores, não das qualidades da ES, mas males causados pelo modo capitalista refletidos no mercado de trabalho.

De modo geral, concluiu-se que a Economia Solidária não contém potencial teórico e prático para promover a superação do sistema capitalista, no entanto, verificou-se que ela possui um papel fundamental de geração de renda e de fomentar valores humanos na produção, atendendo uma parcela importante da população que está excluída do mercado de trabalho.

Referências Bibliográficas

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES, 2006. Anual.

AUED, I. M. ; GRADE, M. . **Economia Solidária: um caminho para a superação da sociedade capitalista?**. In: VIII Encontro Nacional de Economia Política, 2003, Florianópolis - SC. VIII Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo - SP: SEP, 2003.

Disponível em:

<<http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos/Capitalismo%20Contempor%C3%A2neo,%20Socialismo%20e%20Economia%20Solid%C3%A1ria/ECONOMIA%20SOLID%C3%81RIA%20SUPERA%C3%87%C3%83O%20DO%20MODO%20DE%20PRODU%C3%87%C3%83O%20CAPITALIS%E2%80%A6.pdf>>

BENINI, Édi et al. (orgs.). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas de economia solidária.** São Paulo, Outras Expressões, 2011.

BENINI, Elcio Gustavo ; FIGUEIREDO Neto, L. F. ; BENINI, E. A. . **A Economia Solidária nos Prismas Marxistas: Revolução ou Mitigação?** In: V Encontro Internacional de Economia Solidária: Discurso e Prática de Economia Solidária, 2007, São Paulo.

Disponível

em:

<<http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Principios/PRI-09.pdf>>.

BORINELLI, B. ; SANTOS, L. M. L. . **Economia Solidária: propostas e perspectivas.** In: Benilson Borinelli; Luiz Miguel Luzio Santos/ Sinival Osório Pitaguari. (Org.). Economia Solidária em Londrina: Aspectos conceituais e a experiência institucional. 1 ed. Londrina: Midiograf, 2010, v. 1, p. 01-23.

Disponível em:

<http://www.uel.br/pos/ppga/attachments/121_LIVRO%20ECONOMIA%20SOLIDÁRIA.pdf>

CASTRO, B. **Notas críticas sobre o projeto político de Paul Singer: economia solidária e transição para o socialismo.** In: 6º Colóquio Internacional Marx e Engels. GT 8 - Socialismo no século XXI. 2009. Campinas: NEPEM/UNICAMP.

CARVALHO, K. L. . **Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile.** In: II Conferência do Desenvolvimento, 2011, Brasília. II Conferência do Desenvolvimento - IPEA, 2011. v. 1. p. 1-18.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. 2012, Brasília. **Anais II Conferência Nacional de Economia Solidária.** Ministério do Trabalho e do Emprego, SENAES, 2012.

CUNHA, G. C. **Políticas públicas de economia solidária enquanto resignificação das relações estado-sociedade: alguns elementos teóricos e empíricos.** II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Anais. 2007. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/gabriela_c_cunha.pdf>

GAIGER, L. I. G. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf>.

GERMER, C. M. . **A 'economia solidária': uma crítica marxista.** Estudos de direito cooperativo e cidadania (UFPR), v. 1, p. 51-73, 2007.

GODELIER, Maurice. **D'un mode de production à l'autre: théorie de la transition.** *Recherches Sociologiques.* Louvain-la Neuve, v. 12, n. 2, 1981.

GRADE, Marlene. **Solidariedade como espaço de transição: uma análise crítica da economia solidária a partir de Karl Marx.** XII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. Anais. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos?conference=12&title=Solidariedade+como+o+espa%C3%A7o+da+transi%C3%A7%C3%A3o&author=>>>.

MACDONALD, José Brendan. **A autogestão enquanto modo de produção e algo mais.** In: MELO NETO, José Francisco de. (Org.); CANDEIAS, C. N. B. (Org.); McDonald (Org.). **ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: ponderações teóricas e achadas empíricas.** Maceió - AL: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2005.

Disponível em:

<http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/livros/pa_1_economia_solidaria_e_autogestao.pdf>

MARX, Karl. **O Capital.** L. 3, vol.V. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991.

OGANDO, Cláudio. **As Fronteiras da Economia Solidária. Uma análise a partir do Mapeamento Nacional.** Cadernos de extensão IHU. 2013 Disponível em <<http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/artigoebo.pdf>>. Último acesso em 15/09/2013.

SILVA, Sandro Pereira. ; NAGEM, Fernanda Abreu. **Dimensões estruturais dos empreendimentos de economia solidária: uma análise para os estados da Bahia e Paraná.** Revista Econômica do Nordeste, v. 43, p. 309-326, 2012.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 1998a.

_____. **Utopia Militante.** São Paulo: Vozes, 1998b.

_____. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.** In: Boaventura de Sousa Santos (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. **Introdução a Economia Solidária.** São Paulo: Contexto. 2002b.

_____. **"Economia solidária: um modo de produção e distribuição",** in P. Singer e A. R. Souza, *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego,* São Paulo, Contexto, 2003.

_____. **A Crise Capitalista e a Economia Solidária**. 2009. Disponível em: <<http://economiasocialistads.blogspot.com.br/2009/03/paul-singer-crise-capitalista-e.html>>. Acesso em: 12 mar/2013.

SANTOS, L., OLIVEIRA, B.; PELOSI, E. **Economia solidária em contexto: um breve mapeamento dos empreendimentos solidários no Brasil**. 2011. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/12/sop.html>. Acesso em: 20 julho de 2013

SOUSA, Daniela Neves de. **Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária**. Rev. katálysis, Florianópolis , v. 11, n. 1, June 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Nov. 2013